



## **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E MOVIMENTOS SOCIAIS - PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES**

Deneusa Luzia Rodrigues - UNIVILLE

Elizabete Tamanini – UNIVILLE

Programa de Mestrado em Educação - UNIVILLE

**Resumo:** Este artigo é parte da pesquisa de Mestrado em Educação em andamento cujo objetivo maior é investigar sobre a Educação não formal e sua perspectiva de intervenção sócio-educativa tendo como cenário mais específico a análise das Organizações Sociais de Joinville/SC associadas à AJOS- Associação Joinvilense de Organizações Sociais de Joinville. Pretende-se observar as experiências vivenciadas pelos espaços educativos não-escolares que tem nos últimos anos lançado significativas questões teórico-metodológicas, discutidas no espaço acadêmico apresentando a necessidade de um novo olhar, de análise, e entendimento das práticas educativas construída pelos atores envolvidos nesses espaços. Por isto, necessário se faz problematizar experiências sociais desenvolvidas em contextos singulares contribuindo assim para minimizar lacunas acadêmicas frente às ações dos movimentos sociais e da educação brasileira. Para este artigo, apresentaremos elementos teórico-metodológicos que possibilitem uma compreensão inicial das práticas históricas da educação não formal na perspectiva dos movimentos sociais e direitos humanos.

**Palavras-chaves:** Educação Não Formal - Movimentos Sociais - Práticas Educativas – Espaços Não Formais.

### **Introdução**

Como educadoras e atuando no Ensino Superior em Curso de Pedagogia na Disciplina de Educação Não Formal temos refletido a luz das inúmeras ações desenvolvidas, sobre o papel formador das práticas educativas presentes em espaços para além do ensino formal. Espaços esses que configura assim um novo campo da Educação que aborda processos educativos fora das escolas ou não, em processos organizativos da sociedade civil, abrangendo organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais estratégicos, ou processos educacionais articulados com a escola e comunidade.

A partir de um olhar reflexivo apoiando-se nas fontes já consultadas constatamos que são poucos os estudos abordando esta problemática no contexto da Educação brasileira e quando observado do ponto de vista de investigação local - regional inexistem reflexões acerca desta temática.

## **Um Olhar Sobre as Práticas Educativas nos Espaços não Escolares**

Nossa pesquisa vem nos mostrando que a educação pode ser compreendida muito além das dimensões curriculares e de aprendizagem. Essa categoria mescla-se com o conceito de cultura como herança e socialização permanente de saberes, ampliando o sentido epistemológico do termo em si. Assim como apresenta Frigotto:

O patrimônio natural e científico e os processos culturais e educativos não podem estar subordinados ao mercado e ao capital, mas ao conjunto de direitos que configuram a possibilidade de qualificar a vida de todos os seres humanos. A educação, nesta perspectiva, é elemento crucial no processo de emancipação da classe trabalhadora e de estabelecer práticas sociais comprometidas com a dignidade e a vida de todos os seres humanos. (FRIGOTTO, 2002, p. 65)

Observamos a partir dos estudos que nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, uma nova conjuntura dá-se no cenário Educacional, trazendo para a Educação novos desafios a serem enfrentados. O grande desafio é posto para a Educação na atualidade, diante de um panorama tão diversificado e desigual e de sociedades e movimentos sociais ativos exigindo constantemente novas ações no que tange a esfera pública e privada. Mudanças profundas afetaram as configurações sócio-históricas da educação escolar.

Diante deste cenário, o conceito de Educação amplia-se. E nas palavras de Gohn (2011) não se limitando apenas aos espaços escolares formais, atrelados somente ao processo de ensino-aprendizagem de seus educando. A Educação é chamada também a transpor os muros da escola, para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo e outras atividades afins. Configura-se assim um novo campo da Educação que aborda processos educativos fora das escolas ou não, em processos organizativos da sociedade civil, abrangendo organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais estratégicos, ou processos educacionais articulados com a escola e comunidade.

A Educação não formal (Gohn, 2010) “foi um campo de menor importância no Brasil, até os anos de 1980, tanto nas políticas públicas, quanto entre os educadores”. E a esse respeito ainda a autora ainda coloca que o caminho institucional aos processos educativos em espaços não formais foi aberto em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), quando define educação como aquela que abrange [...] processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDBEN, art.1º,1996 apud Gonh, 2011: 11).

Nossa *práxis* no campo educacional tem nos levado a pesquisar sobre as possibilidades e as práticas educativas não formais o que tem contribuído para avançarmos na concepção de Educação com um caráter humanista que transcende territórios conceituais formais. A educação não formal como afirma Gohn (2011,pg14) não visa substituir ou competir com a educação formal [...]”. Deste movimento podem ocorrer parcerias entre outras frentes de trabalho, como as organizações sociais, ONGs e outros espaços da comunidade que tenham projetos sociais responsáveis, podendo colaborar para uma formação cidadã.

Os processos educativos desses espaços e seus indivíduos como sujeito e protagonista de sua história, um sujeito político, que pensa, que age, tudo isso são saberes que nossa pesquisa pretende investigar. Espaços importantes da sociedade abarcam as atividades da Educação não formal e suas práticas educativas e distribuem-se em inúmeras dimensões. Na sociedade civil organizada vinculada a programas e projetos sociais, nas ONGs, movimentos sociais de educação não formal. A Educação não formal é uma possibilidade de produção de conhecimento em territórios fora das estruturas curriculares da Educação formal (Gohn, 2011).

Por outro lado, a história da Educação no Brasil vem se constituindo como área de conhecimento e área de intervenção social, fruto da interferência significativa dos Movimentos Sociais em diferentes conjunturas sociais políticas e econômicas. O debate sobre a educação das classes populares e sua inserção nas políticas públicas está profundamente vinculado às transformações do trabalho e conseqüentemente à estrutura política de estado. Em estudo recente sobre os caminhos da Educação Popular e a importância dos Movimentos Sociais no Brasil Reinaldo Matias Fleuri, destaca que:

A primeira vertente de educação popular é a que se identifica com a ampliação da educação escolar para todos os cidadãos. A expressão *educação popular* é usada pela primeira vez por intelectuais, militantes e educadores latino-americanos, entre fins do século passado e começo deste. Uma outra vertente significativa de educação dirigida às camadas populares é a educação de adultos. (FLEURI, 2002, pg. 52-53)

A intensificação do debate sobre as pedagogias que dimensionam esta diversidade de experiências na educação formal e não formal representa outro lado da curva do rio. Isto significa dizer que há uma ampla diversidade de interesses e objetivos das propostas de Educação não formal e suas práticas espalhadas e apropriadas em diferentes territórios e realidades sociais com desdobramentos temáticos complexos. Essas práticas apresentam processos interativos intencionais. Os espaços educativos estão direcionados às trajetórias de vida dos grupos e indivíduos.

O Educador, neste contexto denominados Educador Social, precisa incluir os valores da comunidade em que se atua nas suas práticas pedagógicas e que esta atuação se dê a partir de um compromisso social básico, nas palavras de Gohn (2010). Tanto Freire (1996) como Gohn (2011) afirmam [...] que toda a prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, e outro que, aprendendo, ensina.

Nesse contexto histórico vale ressaltar que a educação popular ou as metodologias qualitativas nasceram às margens da sociedade, no extra-muro da instituição escolar, e dos espaços de legitimação oficial da educação. Já na década de 60 do século XX, experiências de organização popular e educação comunitária faziam parte de debates, fóruns e tentativas de articulação com a educação oficial formal. A frente deste processo esteve o educador Paulo Freire que engenhosamente abriu caminhos para a reflexão sobre o papel do conhecimento, e a responsabilidade social e política do educador da educadora e, sobretudo, do sentido emancipatório da educação pública. Protagonizou a idéia de sujeito que aprende e que ensina, deslocando o debate sobre o “poder e conhecimento” para “poder, conhecimento e autonomia social”. Somente no final da década de oitenta do século XX que tais debates passam a fazer parte das estruturas oficiais do Estado. As políticas de educação como um direito a cidadania (UNESCO/LOAS/ECA) objetivamente estão sendo estruturadas a partir de pressão dos movimentos sociais nestas últimas décadas.

### **Considerações Finais**

As primeiras considerações que fazemos é que essa pesquisa que traz como objeto de estudo Práticas Educativas na Educação não formal tendo como campo de investigação as Organizações Sociais de Joinville, está desenhada num cenário de fontes primárias, um campo ainda pouco explorado na Educação Brasileira e muito menos no município de Joinville. Os obstáculos são muitos, inclusive de superação de conceitos e preconceitos a cerca da Educação não formal. Percebemos nas investigações *a priori* as dificuldades de considerar-se a Educação não formal e suas práticas educativas como um campo de conhecimento em construção. Observou-se nas discussões realizadas até o presente momento que de forma geral se faz uma avaliação da Educação não formal a partir de critérios formais, não dando importância aos saberes construídos em outros espaços que não seja o da escola.

### **Referências Bibliográficas**

Associação Joinvilense de Organizações Sociais- AJOS. Disponível em: < [www.ajos.org.br](http://www.ajos.org.br)>. Acesso em 23 set.2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional. Lei n. 9394, de 20 de dez. 1996.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 24 set.2011.

FLEURI, R. M. **A Questão do Conhecimento na Educação Popular**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Coleção estudos culturais em educação.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor**. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. – Coleção questões da nossa época; v.1.

Título:

Autor

Instituição:

Coautor

Linha de pesquisa:

Introdução

Análise

Revisão Bibliográfica

Considerações Finais

Metodologia

Referência Bibliográficas